

# Acordo possível

Alexander Arciniegas\*

O resultado do Plebiscito na Colômbia deixou perplexa a comunidade internacional. Como explicar a negativa a um acordo de paz que terminaria com uma guerra de mais de 50 anos, que já deixou 220 mil mortos e seis milhões de deslocados internos? Quais os desdobramentos posteriores à vitória do Não? E qual o futuro da negociação?

Por trás desse fato político, temos um conjunto de fatores. Para começar, o tempo foi insuficiente para informar à população o conteúdo das 297 páginas dos acordos e mobilizá-la eleitoralmente. Isso, em boa medida, pode ter influenciado a abstenção de 63%.

Por outro lado, boa parte do eleitorado que optou pelo Não fez um voto de protesto contra o governo do presidente Juan Manuel Santos, que tem uma média de desaprovação superior a 60%, resultante da sua política econômica e fiscal neoliberal, num contexto de baixo crescimento e de escândalos de corrupção.

Também é importante considerar o efeito de um conflito tão longo e degradado nas percepções e opiniões das pessoas, ainda mais levando em conta a polarização incentivada pelo governo Uribe durante a década de 2000. Este soube tirar proveito das estratégias que as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) iniciaram em 1982 e aplicaram com maior força entre 1996 e 2002: a partir do envolvimento com o narcotráfico, da prática de sequestros e ataques a bombas em centros urbanos, buscaram chegar ao poder pelas armas a despeito de os efeitos de suas ações bélicas terminarem erodindo a sua legitimidade social. Dessa forma – e apesar dos fatores estruturais, como exclusão política e tenência da terra, que servem de pano de fundo ao conflito –, uma grande maioria dos colombianos, principalmente nos centros urbanos, distan-

tes dos territórios onde a guerra acontece, rejeita as FARC e se nega a conceder-lhes legitimidade política.

Por trás do Não no plebiscito está também o poder de setores da elite política, de empresários e grandes proprietários rurais, muitos deles acusados de terem vínculos com narcoparamilitares. Esse setor fez contínuas críticas aos elementos estruturais do acordo: política agrária, participação política, fim do conflito, drogas e justiça transicional. Destes, os que mais parecem incomodar são: a participação política dos comandantes das FARC em 10 cadeiras no Congresso (de um total de 268), a partir de 2018 – o argumento daqueles setores é de que assim se premiaria o delito e se geraria impunidade –; as iniciativas de desenvolvimento rural com a atualização do registro das propriedades rurais e a entrega de três milhões de hectares de terras a camponeses pobres; e os mecanismos de justiça transicional.

As medidas orientadas ao setor rural, que vêm ao encontro da Lei 1.448 de 2011 (Lei de Terras), são urgentes num país em que, de acordo com o Coeficiente de Gini, a concentração da propriedade rural teve aumento, por conta do conflito, de 0,86, em 1970, para 0,96, em 2014, ou em que as unidades maiores de 1.000 hectares, entre elas a fazenda do ex-presidente Uribe, concentram 73% de todas as terras do país: 81 milhões de hectares. No entanto, para o uribismo, as medidas previstas ameaçariam o direito de propriedade, sob o argumento de que aqueles que reclamam suas terras de volta seriam membros das FARC.

No que tange ao componente da justiça transicional dos acordos, inspirado no modelo da África do Sul, tanto os membros das FARC como integrantes das Forças Armadas (FFAA) que comparecessem perante a Jurisdição Especial de Paz poderiam receber benefícios punitivos em troca de oferecerem verdade e reparação a suas vítimas. Esse ponto preocupa Uribe, porque este poderia ser jul-

gado por crimes executados por integrantes do Exército durante seu governo – por exemplo, os 3.000 assassinatos de civis que eram falsamente apresentados como integrantes da guerrilha para aumentar o número de baixas em combate e receber incentivos econômicos. Por esses assassinatos, mais de 4.000 militares já estão sendo processados.

Esse mesmo segmento político e empresarial, fortemente reacionário e representado por Uribe e seu partido Centro Democrático, desenvolveu durante a campanha do Não uma estratégia questionável que consistia em não explicar os acordos e mentir a respeito do seu conteúdo com o fim de provocar indignação e medo na população. Uma das mentiras afirmava que, caso o Sim ganhasse, a Colômbia se tornaria uma ditadura comunista e homossexual.

Nessa ordem, a questão de gênero, inserida como um elemento transversal dos acordos para reparar as mulheres enquanto principais vítimas do conflito, foi descharacterizada pelos promotores do Não. Isso promoveu, por exemplo, a oposição de boa parte das 6.000 igrejas evangélicas que reúnem aproximadamente cinco milhões de pessoas, ou seja, 10% da população do país. Nesse sentido, é importante ressaltar a proximidade de algumas dessas igrejas com o ex-presidente Uribe, como a Igreja “Misión Carismática Internacional”, liderada por Cesar Castellanos e sua esposa, Claudia Castellanos, que, inclusive, foi embaixadora de Uribe no Brasil entre 2004 e 2005.

Por outro lado, seus desdobramentos têm sido tão inusitados quanto o resultado do plebiscito. Para começar, a declaração do gerente de campanha do Não, contando as estratégias usadas para enganar o eleitorado, deslegitima o resultado. Temos também o despertar da mobilização cidadã, ausente durante os quatro anos da negociação e que agora marca presença nas ruas das principais cidades colombianas para exigir o fim da guerra. Há, ainda, o paradoxo de

um presidente que, sem desconhecer seus méritos, recebe o Prêmio Nobel logo após perder o plebiscito; ao mesmo tempo, no momento de maior incerteza política, o Exército de Libertação Nacional (ELN) decide respaldar a política de paz do governo e abrir outra mesa de negociação.

Dessa forma, para pensar no que pode ser o futuro da paz, é bom apontar que a estratégia de Santos de abrir um diálogo com os representantes do Não – em três frentes distintas: o ex-presidente Pastrana, as igrejas evangélicas e o uribismo – sugere uma aposta em aproximar os segmentos moderados, fazendo alguns ajustes no acordo sem sacrificar sua essência, ao mesmo tempo em que, por outro lado, enfatiza a manipulação do eleitorado por parte do uribismo e tenta isolar Uribe, o qual parece ter a intenção de dilatar a negociação até o ponto em que ela se rompa, no intuito de aproveitar essa nova frustração para voltar ao poder. De fato, as “alternativas” apresentadas por Uribe, respondendo ao chamado de Santos depois da vitória do Não, apontam mais para a rendição das FARC do que para uma negociação.

Essa intransigência de Uribe, o forte respaldo internacional, a pressão contínua das mobilizações, o apoio da cúpula das FFAA e uma ampla e heterogênea base parlamentar que garante maioria no Congresso oferecem a Santos a margem de manobra necessária para implementar os elementos essenciais dos atuais acordos antes do final de 2016, pressionado, entre outras razões, pela necessidade de concretizar a sua principal iniciativa, mas também pelo fato de que os membros das FARC não podem permanecer indefinidamente nas zonas de “pré-agrupamento”. Igualmente, é urgente oferecer um cenário claro para a missão de verificação da ONU, que já teve de readequar seu mandato às novas circunstâncias.

\* Pós-doutorando no departamento de Ciência Política da UFRGS (Bolsista PNPd CAPES)

FOTO: KARINA SGARBI



Nas ruas de Cartagena, Colômbia, cartazes da campanha que pedia aprovação do Acordo de Paz no plebiscito ocorrido em outubro